



MUNICÍPIO DE RINCÃO

Estado de São Paulo

Rua 21 de Novembro, 256 – Centro – Rincão–SP – CEP:14830-000 –

Fone/Fax (16) 3395-9100

JUSTIFICATIVAS PARA CELEBRAÇÃO DE

TERMO DE FOMENTO POR INEXIGIBILIDADE DE CHAMADA PÚBLICA

DO MUNICÍPIO DE RINCÃO/SP

Senhor Prefeito:

A Administração Municipal justifica a importância da formalização do termo de fomento com a entidade abaixo indicada, de acordo com a finalidade e valor proposto, bem como em face das justificativas pertinentes para a inexigibilidade, devidamente fundamentadas no artigo 31, inciso II da Lei Federal n. 13.019/2014, a saber:

- 1) **Termo de Fomento nº 08/2020:** Entidade: **Casa da Criança Dr. Carlos Luiz Malferrari**, com a finalidade de: Promover os serviços, programas e projetos às crianças, adolescentes, jovens e seus familiares em situação de vulnerabilidade social e pessoal, contribuindo para o processo de autonomia e emancipação social das famílias, estimulando o protagonismo dos usuários, no valor de R\$ 641.000,00 (seiscentos e quarenta e um mil e duzentos reais) que serão distribuídos no citado exercício sendo: as 07 (sete) primeiras parcelas mensais de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), a 8ª (oitava) parcela de R\$ 49.800,00 (quarenta e nove mil e oitocentos reais), a 9ª (nona) parcela de R\$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais), a 10ª (decima) parcela de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), a 11ª (decima primeira) de R\$ 58.200,00 (cinquenta e oito mil e duzentos reais) e a última de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) para disponibilidade de atendimento para disponibilidade de atendimento em favor da municipalidade, justificando-se em razão do Município não contar com estrutura física e funcional em seu âmbito, conduzindo, assim, menores acometidos de situação de risco à sede da Comarca, a qual, geograficamente encontra-se no município de Rincão/SP, atendendo, assim o princípio da economicidade. Ainda a propósito da escolha da Entidade, a mesma apresenta excelente estrutura física e pessoal qualificado para o desenvolvimento das atividades, garantindo atendimento de qualidade e amplamente satisfatória as crianças e adolescentes. Acerca do funcionamento da Entidade, nos termos da documentação apresentada constata-se o seu regular funcionamento. Igualmente, cumpre destacar que por determinação do Poder Judiciário de Américo Brasiliense, os atendimentos dessa ordem devem ser realizados em entidades geograficamente localizadas na comarca, sendo a Casa da Criança a única existente para tanto na comarca, dispensando-se outros comentários.



MUNICIPIO DE RINCÃO

Estado de São Paulo

Rua 21 de Novembro, 256 – Centro – Rincão–SP – CEP:14830-000 –
Fone/Fax (16) 3395-9100

Desse modo, a formalização do termo de formalização se mostra indispensável de modo a viabilizar o Termo de Fomento. Trata-se, portanto: (i) de relevante objeto executado por entidade filantrópica e sem fins lucrativos, de utilidade pública; (ii) este tipo de atendimento vem de longa data sendo realizado pela municipalidade; (iii) a Entidade apresenta excelente estrutura física e pessoal qualificado para o desenvolvimento das atividades, garantindo atendimento de qualidade e amplamente satisfatória as crianças e adolescentes; (iv) a municipalidade não dispõe de estrutura física, tampouco de pessoal para atendimento das finalidades, sendo necessário um amplo investimento para o Poder Executivo, caso opte pela execução direta dos referidos serviços.

Também nesse contexto, demonstra-se a economicidade em razão dos gastos a serem realizados, apresentando-se os mesmos altamente satisfatórios se comparados com os custos obtidos mediante confrontação com os preços praticados pela iniciativa privada. Tal ocorrência se mostra contundente na medida em que a entidade beneficiada não possui fins lucrativos e não remunera a sua diretoria, não existindo, portanto, despesas administrativas dessa ordem, ao contrário do que ocorre com a gestão pública em que os valores alcançam um acréscimo na ordem de 10% sobre o valor total do ajuste. Por sua vez, na iniciativa privada, além de todos os custos, busca-se ainda o lucro que em média atinge 15% do investimento.

Em complementação, insta observar que na medida em que tais ações são desenvolvidas por entidade dessa natureza, o Poder Público evitou a criação de despesas obrigatórias de caráter continuado para satisfazer uma atividade complementar e transitória, que pode ser extinta ou se acabar a qualquer momento.

Constatamos ainda a conformidade com a regulamentação que rege a matéria, tendo tais recursos sido destinados nos limites das disponibilidades financeiras da Prefeitura e visando ações de caráter essencial, de acordo com o preconizado no art. 16 da Lei nº. 4.320/64. Igualmente, fazemos acostar lei municipal autorizadora dos repasses de recursos atendendo-se o disposto no artigo 26 da LRF.

Nesse espectro, considerando as justificativas apresentadas, bem como as condições peculiares de localização da Entidade e respectiva qualificação de serviços, aliada a larga vantagem econômica na formalização do referido ajuste, fica inviabilizada a realização de eventual chamamento, enquadrando-se a matéria ao disposto no artigo 31, inciso II da Lei Federal n. 10.019/2014 quando:

“a parceria decorrer da transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no [inciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964](#), observado o disposto no [art. 26 da Lei Complementar nº. 101 de 4 de maio de 2000.](#)”

Face à documentação carreada aos presentes autos, e



MUNICÍPIO DE RINCÃO

Estado de São Paulo

Rua 21 de Novembro, 256 – Centro – Rincão–SP – CEP:14830-000 –
Fone/Fax (16) 3395-9100

Considerando que no em questão, verifica-se a viabilidade da dispensa do chamamento aplicando a inexigibilidade com base jurídica citada, tendo em vista tratar-se de subvenção social, nos termos da da Lei Municipal nº 2.214 de 30 de Outubro de 2019, que autoriza o repasse de recursos a entidade à título de subvenção social;

Diante do exposto, solicita-se a ratificação da presente inexigibilidade, com a determinação de sua publicação da presente justificativa consoante o disposto no artigo 32, § 1º da Lei Federal nº 13.019, de 31/07/2014, para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

É o breve parecer técnico que ora alçamos à consideração superior.

Rincão/SP, 21 de Janeiro de 2020.

Luiz Fernando de Oliveira Galvão
Presidente

Ana Lúcia Gonçalves Ventura
Membro

Nadir Zaira Belmonte
Membro